

- Telefax (44) 523-23.30 -CEP 87302-220 - Cx. Postal 450 Rua Francisco Albuquerque, 1488

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@start.com.br

www.camaracm.com.br

Assessoria de Bancada do Partido Verde - PV

INDICAÇÃO LEGISLATIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

Protocolo n. 1657 1200 L

Campo Mourec, 19,09,01 Horas 12:35

PROTOCOLISTA

DESPACHADO FAVORAVELMENTE

Sala das sessõe

SIDENTE

De conformidade com o inciso II, § 1º, do artigo 128, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, Indicamos ao Senhor Prefeito TAUILLO TEZELLI, para que envie a esta Casa de Leis, PROJETO DE LEI que, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA DE CAMPO MOURÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

De acordo com o que preceitua o artigo 130, do mesmo regimento, que se digne Vossa Excelência – Presidente da Câmara Municipal, a despachar favoravelmente a presente INDICAÇÃO, com encaminhamento à Comissão Permanente de Legislação e Redação para as devidas providências.

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Municipal de Participação e Integração da Comunidade Negra tem como finalidade de definir políticas e ações para a organização social da comunidade negra de Campo Mourão.

Com a instituição desse Conselho para a comunidade negra também fará o resgate dos costumes desse povo que muito contribuiu e contribui para o enriquecimento da nossa cultura.

É o movimento organizado ocupando seu espaço em nossa sociedade, seja por meio de conselhos, associações sindicatos ou outra forma de organização social e popular.

Desta forma, esperamos contar com o apoio de todos os parlamentares desta Casa Legislativa, para a aprovação desta Indicação Legislativa.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO.

Estado do Paraná, em 17 de setembro de 2001.

CONSMUN APOIO COM NEGRA CM



ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 -CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@start.com.br www.camaracm.com.br

Assessoria de Bancada do Partido Verde - PV

PROJETO DE LEI N.º

2001.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA DE CAMPO MOURÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte LEI :

- Art. 1º Fica criado o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Campo Mourão.
- Art. 2° Compete ao Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Campo Mourão, órgão deliberativo e controlador das políticas que visem a defesa dos interesses da comunidade negra:
- I formular e desenvolver programas e projetos voltados para o combate ao racismo e erradicação da discriminação racial:
- II promover a inserção da população negra na vida sócioeconômica,política e cultural do Municipal de Campo Mourão;
- III desenvolver estudos, pesquisas e debates relativos aos problemas sócio-raciais vividos pela comunidade negra;
- IV manter Ouvidoria que receba denúncias e informações de atos discriminatórios, fiscalize e adote as providências necessárias à apuração dos fatos e aplicação das sanções cabíveis pelos órgãos competentes;
- V aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre órgãos governamentais e organizações não Governamentais representativas da comunidade negra;
- VI aprovar critérios para repasse de recursos para entidades e organizações representativas da comunidade negra, bem como fiscalizar e acompanhar a gestão de recursos e a execução de programas;
 - VII elaborar seu estatuto;
 - VII elaborar sua proposta orçamentária.

2

-continua-





Social;

negra;

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 -CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@start.com.br

Assessoria de Bancada do Partido Verde - PV



Art. 3° O Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Campo Mourão, órgão subordinado à Coordenação Geral do Município, será composto paritariamente por representantes da sociedade civil e pelo poder público, constituído por:

nove representantes da administração pública Municipal, sendo:

a - um representante da Coordenação-Geral;

b - um representante da Secretaria de Municipal da Saúde e Ação

c - um representante da Secretaria de Municipal da Saúde;

d - um representante da Secretaria de Municipal da Educação;

e - um representante da Fundação Cultural;

f - um representante da Secretaria de Municipal da Fazenda e Administração;

g - um representante da Câmara Municipal;

h - um representante do Ministério Público;

i - um representante do Conselho Municipal dos Direitos Humanos;

 quatorze representantes da sociedade civil organizada, com representação que contemple as diversas regiões do Municipal, sendo:

a - três representantes de movimentos organizados da comunidade

b - três representantes de entidades religiosas afro-brasileiras;

c - dois representante de associações comunitárias;

d - um representante do movimento sindical;

e - dois representantes do movimento de mulheres negras;

f - dois representante de entidades culturais afro-brasileiras;

g - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

- § 1º Os representantes da administração pública serão indicados pelo Prefeito Municipal, entre os servidores com poder de decisão no âmbito de cada Secretaria, órgão ou entidade.
- § 2º Os representantes da Câmara Municipal, do Ministério Público e do Conselho de Direitos Humanos serão, respectivamente,indicados pelo Presidente da Câmara, pelo Procurador-Geral do Município e pelo Presidente do Conselho de Direitos Humanos.
- § 3º As entidades não governamentais, em funcionamento há, pelo menos dois anos, reunir-se-ão em Assembléias Setoriais para indicação de seus representantes.
- § 4º Os conselheiros serão indicados para mandato de dois anos, readmitindo-se uma única recondução.
- § 5º O exercício da função de conselheiro ou de conselheira é considerado de interesse público relevante e não será remunerado.
- § 6º Para cada conselheiro será escolhido, simultaneamente, um suplente ou uma suplente, observados o mesmo procedimento e exigências.

-continua-

9



ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 -CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: <u>legislativomunicipal@start.com.br</u> www.camaracm.com.br

Assessoria de Bancada do Partido Verde - PV

Art. 4º Os recursos financeiros para implantação e a manutenção do Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra serão previstos na lei de orçamento anual do Município, em rubrica própria.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação.

Art. 6°

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º

Revogam-se as disposições em contrário.

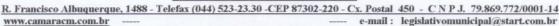
SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 17 de setembro de 2001.

JOSÉ TUROZI

1



ESTADO DO PARANÁ



Assessoria de Bancada do PPS



INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1657/2001

AUTORIA DO VEREADORES: JOSÉ TUROZI e IDEVALCI FERREIRA MAIA

ENVIADO ÀS COMISSÕES: LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

RELATOR: SIDNEI JARDIM

RELATÓRIO

Tramita, nesta Comissão, Indicação Legislativa nº 1657/2001, protocolada sob nº 1657/2001, em 19 de setembro do corrente ano, referente: "PROJETO DE LEI QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA DE CAMPO MOURÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VOTO DO RELATOR:

Despachada favoravelmente pelo Departamento de Assuntos Legislativos (artigo 130, do Regimento Interno), não havendo qualquer óbice, preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade, conforme parecer da Assessoria Jurídica, manifestamos nosso **VOTO FAVORÁVEL**, à tramitação da mesma.

SALA DAS SESSÕES, em 1º de outubro de 2001.

SIDNEI JARDIN

Relator

EDOEL ROCHA

AT MESICO
JUVENAL VIEIRA

SALED



ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (044) 523-23.30 -CEP 87302-220 - Cx. Postal 450 - C N P J. 79.869.772/0001-14 www.camaracm.com.br ----- e-mail : legislativomunicipal@start.com.br

Assessoria de Bancada do PPS



PROJETO DE LEI N.º

2001.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA DE CAMPO MOURÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte LEI :

- <u>Art. 1º</u> Fica criado o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Campo Mourão.
- Art. 2° Compete ao Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Campo Mourão, órgão deliberativo e controlador das políticas que visem a defesa dos interesses da comunidade negra:
- I formular e desenvolver programas e projetos voltados para o combate ao racismo e erradicação da discriminação racial;
- II promover a inserção da população negra na vida sócioeconômica, política e cultural do Municipal de Campo Mourão;
- III desenvolver estudos, pesquisas e debates relativos aos problemas sócio-raciais vividos pela comunidade negra;
- IV manter Ouvidoria que receba denúncias e informações de atos discriminatórios, fiscalize e adote as providências necessárias à apuração dos fatos e aplicação das sanções cabíveis pelos órgãos competentes;
- V aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre órgãos governamentais e organizações não Governamentais representativas da comunidade negra;
- VI aprovar critérios para repasse de recursos para entidades e organizações representativas da comunidade negra, bem como fiscalizar e acompanhar a gestão de recursos e a execução de programas;
 - VII elaborar seu estatuto;
 - VII elaborar sua proposta orçamentária.

-continua-

Art. 3° O Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Campo Mourão, órgão subordinado à Coordenação Geral do



ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (044) 523-23.30 -CEP 87302-220 - Cx. Postal 450 - C N P J. 79.869.772/0001-14
www.camaracm.com.br ----- e-mail: legislativomunicipal@start.com.br

Assessoria de Bancada do PPS



Município, será composto paritariamente por representantes da sociedade civil e pelo poder público, constituído por:

- nove representantes da administração pública Municipal, sendo:
 - a um representante da Coordenação-Geral;
- b um representante da Secretaria de Municipal da Saúde e Ação Social:
 - c um representante da Secretaria de Municipal da Saúde;
 - d um representante da Secretaria de Municipal da Educação;
 - e um representante da Fundação Cultural;
- f um representante da Secretaria de Municipal da Fazenda e Administração;
 - g um representante da Câmara Municipal;
 - h um representante do Ministério Público;
 - i um representante do Conselho Municipal dos Direitos Humanos;
- II quatorze representantes da sociedade civil organizada, com representação que contemple as diversas regiões do Municipal, sendo:
- a três representantes de movimentos organizados da comunidade negra;
 - b três representantes de entidades religiosas afro-brasileiras;
 - c dois representante de associações comunitárias;
 - d um representante do movimento sindical;
 - e dois representantes do movimento de mulheres negras;
 - f dois representante de entidades culturais afro-brasileiras;
 - g um representante da Ordem dos Advogados do Brasil OAB.
- § 1º Os representantes da administração pública serão indicados pelo Prefeito Municipal, entre os servidores com poder de decisão no âmbito de cada Secretaria, órgão ou entidade.
- § 2º Os representantes da Câmara Municipal, do Ministério Público e do Conselho de Direitos Humanos serão, respectivamente,indicados pelo Presidente da Câmara, pelo Procurador-Geral do Município e pelo Presidente do Conselho de Direitos Humanos.
- § 3º As entidades não governamentais, em funcionamento há, pelo menos dois anos, reunir-se-ão em Assembléias Setoriais para indicação de seus representantes.
- § 4º Os conselheiros serão indicados para mandato de dois anos, readmitindo-se uma única recondução.
- § 5º O exercício da função de conselheiro ou de conselheira é considerado de interesse público relevante e não será remunerado.
- § 6° Para cada conselheiro será escolhido, simultaneamente, um suplente ou uma suplente, observados o mesmo procedimento e exigências.



ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (044) 523-23.30 -CEP 87302-220 - Cx. Postal 450 - C N P J. 79.869.772/0001-14
www.camaracm.com.br ----- e-mail: legislativomunicipal@start.com.br

Assessoria de Bancada do PPS



-continua-

Art. 4º Os recursos financeiros para implantação e a manutenção do Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra serão previstos na lei de orçamento anual do Município, em rubrica própria.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação.

Art. 6°

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º

Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 1º de outubro de 2001.

SIDNEI JARDIM

Relator

EDOEL ROCHA

AT MESICO JUVENAL VIEIRA



ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 -CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@start.com.br www.camaracm.com.br

Assessoria de Bancada do Partido Verde - PV

Ofício n.º 248/2001-PV

Campo Mourão, 9 de Outubro de 2001.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

Protocolo n. 1769 12001

Campo Mourec, 09, 60, 101 Horas 17:40

PROTOCOLISTA

Senhor Presidente.

Com fulcro no artigo 105 do Regimento Interno, solicitamos a Vossa Excelência o arquivamento da Indicação Legislativa n.º 1657/2001 que CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA DE CAMPO MOURÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Respeitosamente,

IDEVALCI FERREIRA MAIA
Vereador

JOSÉ TUROZI Vereador

A Sua Excelência o Senhor Vereador **IZAEL SKOWRONSKI** Presidente da Câmara Municipal Campo Mourão - PR